

A denúncia da Graúna

uma análise sobre a fome
no Brasil (1974-2022)

Edson da Silva Santos
Roger Flores Ceccon

A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 200 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso gratuito às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha e livro, e-livres, de financiamento colaborativo. As doações podem ser feitas através do PIX:

editora@redeunida.org.br.

Acesse a página
editora.redeunida.org.br/quero-apoiar
e faça sua doação.

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa as vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA: editora.redeunida.org.br.

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos e o marcador da avaliação do impacto da Editora, Ajude a divulgar essa ideia.



A denúncia da Graúna

uma análise sobre a fome no Brasil (1974-2022)

Edson da Silva Santos

Roger Flores Ceccon

Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: Alcindo Antônio Ferla

Editores Associados:

Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Daniela Dallegrave, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânica Martins, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Stephany Yolanda Ril, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Virgínia de Menezes Portes

Conselho Editorial:

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).

Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Àngel Martínez-Hernáez (Universitat Rovira i Virgili, Espanha).

Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália).

Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália).

Berta Paz Lorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha).

Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América).

Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).

Érica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil).

Hêider Aurélio Pinto (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).

Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).

Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil).

Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/ Amazonas, Brasil).

Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil).

Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lanús, Argentina).

Lisiane Bôer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil).

Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil).

Mara Lisiane dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).

Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil).

Marco Akerman (Universidade de São Paulo, Brasil).

Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália).

Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil).

Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil).

Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil).

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil).

Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco).

Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil)

Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Rossana Staevie Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil).

Sara Donetto (King's College London, Inglaterra).

Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil).

Túlio Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil).

Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).

Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil).

Vera Lucia Kodjaoglanian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil).

Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza

Jaqueline Miotto Guarnieri

Camila Fontana Roman

Revisão Roger Flores Ceccon

Imagem da capa Roger Flores Ceccon

Diagramação Thayse Hingst

Autores

Edson da Silva Santos

Graduação em Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Roger Flores Ceccon

Pós-Doutorado em Saúde Coletiva (UFRGS). Professor do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

roger.ceccon@ufsc.br



editora
redeunida

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D391

A denúncia da graúna: uma análise sobre a fome no Brasil/ Organizadores: Edson da Silva Santos; Roger Flores Cecon – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024.
69 p. (Série Interlocações Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde, v. 54).
E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5462-185-4

DOI 10.18310/9786554621854

1. Insegurança Alimentar. 2. Política Nutricional. 3. Fome-Brasil. 4. Saúde Pública. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

NLM WA 105
CDU 612.391(81)

“A destruição, a cada ano, de dezenas de milhões de homens, de mulheres e de crianças pela fome é o escândalo do nosso século. De cinco em cinco segundos, uma criança de menos de 10 anos morre de fome em um planeta que, no entanto, é repleto de riqueza. Em seu estado atual, de fato, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humanos, quase duas vezes a população atual. Por isso não se trata de uma fatalidade. Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada.”

(ZIEGLER, 2013)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A DENÚNCIA DA GRAÚNA	8
Indicadores epidemiológicos	16
Programas de combate à fome.....	19
Literatura	19
OS GURIS COM FOME.....	22
A ESCRAVATURA ATUAL.....	37
DA INSISTÊNCIA POR VIVER.....	53
CONCLUSÃO: A DENÚNCIA CONTINUA	58
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO: A DENÚNCIA DA GRAÚNA

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), o cartunista Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil, criou personagens para denunciar no semanário *O Pasquim* a situação política e social vivida naquele momento: uma delas era Graúna, ave magra e nordestina, desenhada com um ponto de exclamação, e que estava sempre com fome. Graúna chamava a atenção para um país desigual e que não se reconhecia como parte de um milagre econômico propagado pelas autoridades militares da época (Pires, 2008). A denúncia da ave faminta sobre brasileiros igualmente magros e famintos ainda ecoa no Brasil de 2023, em que a fome permanece como um problema no panorama social do país. Ainda que políticas voltadas para alimentação tenham sido implementadas desde o primeiro Governo Vargas (1930-1945), o fenômeno da fome continua a marcar a vida das populações mais vulneráveis. A saída do país do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014 representou esperança quanto à sua erradicação, contudo, em meio ao contexto pandêmico provocado pela Covid-19 em 2021, o fantasma da fome acorda e volta a assombrar um Brasil que, por um breve momento, imaginou estar livre desse problema.

A fome possui uma definição técnica corriqueira em análises científicas ou discussões por gestores de políticas públicas, sendo frequentemente atrelada à ideia de segurança alimentar, ou seja, o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Brasil, 2006). Quando não há acesso regular à alimentação, ocorre insegurança alimentar, que possui três estágios: *leve*, em que existe a preocupação quanto ao acesso aos alimentos; *moderada*, em que além da qualidade, há redução na quantidade de alimentos; e *grave*, onde há restrição da quantidade de alimentos e a possibilidade de ocorrência da fome (Sperandio *et al.*, 2015).

A denúncia da Graúna era justamente sobre a insegurança alimentar grave, o nome técnico da fome, essa expressão que todos já ouviram falar. Os alertas da ave de Henfil não eram sobre a fome sentida entre o café da manhã e o almoço ou da fome entre o café da tarde e a janta. Graúna alertava para uma fome verdadeira e muito bem conhecida por Fabianos, Carolinas e Severinos do Brasil, todos oriundos do mesmo Planeta Fome de Elza Soares, cuja definição nada técnica fornece uma dimensão dolorida - e mais humana - sobre o tema: “A fome é uma coisa tão estúpida. Escurece as vistas. A fome dói. A fome tira você do seu raciocínio. A fome é uma coisa... só quem passou como eu, sabe o que é a fome. Não tem como explicar o que é passar fome. Ela é ruim, ela é horrível. Ela é horrorosa, só isso” (Flora; Silva, 2020).

A fome verdadeira e desesperadora é uma “praga” que matou mais do que qualquer doença ou guerra na história e que, mesmo evitável, continua matando 25 mil pessoas todos os dias no mundo (Caparrós, 2016). A ousada “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” adotada pela ONU em 2015, que traça como objetivo acabar com a fome até 2030, choca com uma realidade que indica que o Planeta Fome está distante de ser extirpado. Dados da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que a quantidade de pessoas com falta de acesso adequado

ao alimento vem registrando aumento desde 2014. As estimativas indicam que entre 720 e 811 milhões de pessoas enfrentaram a fome no mundo em 2020, representando um aumento de até 161 milhões a mais do que no ano anterior. A África é o continente mais afetado, com 21% da população passando fome, seguida pela América Latina e Caribe (9,1%) e Ásia (9%). A quantidade de pessoas subnutridas, em números absolutos, é maior na Ásia, África e América Latina/Caribe, com 418, 282 e 60 milhões, respectivamente (FAO, 2020).

No Brasil, o médico, geógrafo e antropólogo pernambucano Josué de Castro (1908-1973) foi quem publicou os primeiros estudos sobre as características da fome no país, sendo pioneiro em também denunciar a fome no mundo. O autor demonstra sensibilidade com o fenômeno ao percorrer os bairros periféricos de Recife: “nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome” (Castro, 2001).

O trabalho de Josué de Castro, com a publicação de *Geografia da Fome* (1946), representou o verdadeiro desnude de uma questão que assolava o Brasil, mas era vista como problema de caráter natural, sem a necessidade de políticas que procurassem contorná-la. A análise da fome sob uma perspectiva multidisciplinar – social, político-econômica, nutricional e clínica – tornou o trabalho de Castro um refúgio fundamental para compreender a alimentação e a história da fome no Brasil. As perspectivas do médico pernambucano somaram-se à abordagem sociológica sobre os padrões alimentares brasileiros realizada por Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala* (1933) e tiveram influência na constituição do campo da nutrição e na atuação dos médicos nutrólogos no Brasil (Vasconcelos, 2001).

Os números da FAO indicam que o Brasil viveu um declínio significativo na prevalência de população subnutrida, passando de 6,5% no triênio 2004-06 para menos de 2,5% em 2018-20 (FAO, 2020). No

entanto, nos últimos anos, os alertas com a fome voltaram ao noticiário: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, em 2018, a insegurança alimentar grave acometeu 5,8% da população brasileira, sendo o primeiro aumento registrado desde 2004. Já sob os impactos provocados pela pandemia de Covid-19, dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar mostraram um novo aumento, com a insegurança alimentar grave afetando 15,5% da população, ou seja, mais de 33 milhões de brasileiros (Penssan, 2022).

Os famintos denunciados por Graúna também demonstram um cenário em que a fome acomete alguns grupos específicos de forma desproporcional no Brasil. Dados de 2014 apontam que a insegurança alimentar é mais prevalente na população rural, nas regiões Norte e Nordeste, em domicílios com a presença de menores de 18 anos, na população negra e em famílias chefiadas por mulheres (PNAD, 2014). O fator escolaridade também foi identificado como condição a ser considerada, sendo mais acometidos os domicílios onde a pessoa de referência não tinha escolaridade ou ensino fundamental incompleto e aqueles onde a pessoa tinha ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto (Penssan, 2021).

É importante ressaltar que o trabalho do Brasil no combate à fome é reconhecido como propulsor no declínio da insegurança alimentar observado no país até 2014, sendo destaques o lançamento do “Programa Fome Zero”, marcado por um conjunto de ações integradas com o objetivo de erradicação da fome, e a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), constituído como órgão consultivo com representantes da sociedade civil, ambos ocorridos em janeiro de 2003 (Vasconcelos, 2005).

Vários fatores são considerados como causadores da fome: Josué de Castro defendia que o fenômeno era decorrente da desigualdade social provocada pela concentração latifundiária e de renda, processo

desordenado de urbanização, marginalização da população e salários insuficientes (Frutuoso; Viana, 2021). Em 1950, o Brasil produzia alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a população e hoje é um dos maiores exportadores agrícolas do mundo, o que demonstra o caráter estrutural da fome mesmo com o avanço da capacidade de produção alimentícia (Pedraza, 2005). A FAO confirma a desigualdade persistente, a pobreza como causa da fome e ainda cita outros fatores, como mudanças climáticas, recessão econômica e alto preço de dietas consideradas saudáveis (FAO, 2020).

As pernas finas e magras de Graúna também denunciam as consequências provocadas pela fome na saúde dos indivíduos – a desnutrição, por exemplo, é resultado direto da situação de insegurança alimentar. Josué de Castro evidenciou como o panorama da desigualdade social colaborava para um consumo calórico diário insuficiente entre os operários de Recife a partir da ingestão de uma dieta monótona (farinha com feijão, charque, café e açúcar) e baixo consumo de leite, carne, frutas, lipídios, cálcio e ferro (Castro, 1984). Entre as décadas de 1930 e 1970, a fome marcava a população brasileira com o predomínio de doenças carenciais, como desnutrição energético-proteica, deficiência de vitamina A e anemia ferropriva. Esse cenário só começa a alterar nas últimas décadas do século XX, quando o aumento de doenças crônicas não transmissíveis (obesidade, diabetes melitus, hipertensão arterial sistêmica, etc.) começa a evidenciar maior poder de compra e acesso aos alimentos pelos brasileiros, revelando o paradoxo estampado nos extremos entre quem tem muito que comer e quem não tem nada (Frutuoso; Viana, 2021).

A fome escancara um Brasil que precisa enfrentar essa questão a partir das mais diferentes formas - econômica, política, social, fundiária -, contemplando uma trajetória que resulte em impactos de saúde e nutrição na população (Pinheiro; Carvalho, 2010). O acesso à alimentação é um direito humano e o Estado, portanto, é responsável pela garantia da quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais

básicas e essenciais para a manutenção da saúde (Casemiro; Valla; Guimarães, 2010).

Se o combate à fome exige a atuação governamental em diversas frentes, a análise do fenômeno, da mesma maneira, exige diferentes perspectivas. Denunciar as mazelas das populações mais pobres também é frequente em obras literárias brasileiras que, igualmente, representam fontes importantes para melhor compreender o Brasil da fome. Por meio de personagens que ilustram um cotidiano difícil e muitas vezes miserável, histórias que permeiam a literatura brasileira e capturam o sofrimento humano de brasileiros vítimas da fome, da sede, da pobreza, do pessimismo e de um país cuja carga histórica é definida pela intensa desigualdade social que atinge as populações urbana e rural.

No âmbito rural, o casal Fabiano e Sinhá Vitória, seus filhos Menino Mais Novo e Menino Mais Velho e a cadeia Baleia são os famintos magros da obra *Vidas Secas* (1938), escrita pelo alagoano Graciliano Ramos, e são partes de uma narrativa dura de sertanejos que fogem da fome e da miséria e traduzem uma “família sofrida, oprimida pela seca e pisoteada pela indiferença dos poderes públicos” (Araújo; Araújo, 2014). Outro retirante, Severino, escrito pelo pernambucano João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina* (1955), procura fugir da fome e da seca para encontrar vida, mas acaba por se deparar apenas com a morte, um destino quase inevitável perante a realidade do seu contexto social (Dallazen, 2019; Melo Neto, 2016). Por outro lado, no âmbito urbano, Carolina Maria de Jesus, oriunda da periferia da Zona Norte de São Paulo e autora de *Quarto de Despejo* (1963), entendia a fome como efeito provocado pelos patrões: “eles é quem inventam a fome, a sustentam, a mantêm e lucram com ela” (Frutuoso; Viana, 2021; Jesus, 2014).

Diante do exposto, cabe questionar: como a *fome* se comporta no Brasil e como o fenômeno é visto sob a ótica da literatura nacional e dos programas governamentais que buscam combatê-la?

É necessário compreender o fenômeno da fome que ele realmente é: uma marca estrutural que atormenta, de forma esporádica ou não, boa parcela da população brasileira. Nesse sentido, a análise das características epidemiológicas e a identificação dos programas de alimentação de combate à fome no Brasil proporcionam uma visão capaz de oferecer novas perspectivas para legislações de promoção da saúde que de fato possam contribuir com a erradicação, por mais que trabalhosa, de um problema persistente. A triangulação da literatura com a epidemiologia e investigação de programas de combate à fome neste trabalho procura personalizar as gentes que vivenciam de perto essa rotina faminta: a fome não está apenas nos gráficos ou nos números, mas sim nos Fabianos e Sinhás Vitóriaias. Dispersos pelo país, esses personagens evidenciam que compreender a fome significa compreender o Brasil.

Este livro tem como objetivos analisar a problemática da fome a partir da intersecção entre epidemiologia, programas de combate à fome e obras literárias entre o período de 1974 a 2022 no Brasil; descrever as características epidemiológicas da fome no Brasil; descrever os programas de combate à fome implementados no país; e analisar as obras literárias brasileiras que abordem a temática da fome.

Para isso, foi realizado um estudo quanti-qualitativo realizado a partir da abordagem da triangulação de dados, caracterizada como uma perspectiva de pesquisa que combina distintos métodos, dados, perspectivas teóricas e espaços temporais, servindo e adequando-os a determinadas realidades, com fundamento interdisciplinar. A produção de um estudo triangulado prevê a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas: a primeira busca quantificar as causas e os efeitos, e isolá-los do seu contexto, a fim de tornar o processo estudado mais objetivo possível, enquanto a segunda atua levando em conta a compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais, o significado e a intencionalidade que lhe atribuem os atores. A triangulação, portanto, não é

necessariamente um método em si, mas uma abordagem que se fundamenta em métodos científicos já consolidados (Minayo *et al.*, 2005).

A abordagem da triangulação pode ser aplicada em três dimensões: na avaliação de projetos, disciplinas e programas sociais, na coleta de dados e na análise de informações coletadas. Essa última dimensão, na qual se categoriza o estudo triangulado proposto pelo presente trabalho, é formada por três aspectos: o primeiro se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, ou seja, os dados empíricos; o segundo compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o conceito mais amplo e abstrato da realidade (Marcondes; Brisola, 2014).

No âmbito da saúde, a utilização do método triangulado é considerada uma tendência crescente justamente por oferecer uma alternativa para a investigação de fenômenos complexos a partir de informações coletadas por métodos diferentes, mas que se complementam entre si (Santos *et al.*, 2017). Nesse sentido, e com a proposta de criar uma articulação que atenda à triangulação de análise de informações, o trabalho foi formado por uma tríade que compreende dados epidemiológicos, investigação de programas de alimentação e nutrição e análise de obras literárias permeadas pela temática da fome. A estratégia de estudo utilizada será a de “triangulação concomitante”, entendida como a coleta de dados quantitativos e qualitativos para depois compará-los a fim de estabelecer convergências, diferenças e combinações (Santos *et al.*, 2017).

Busca-se, dessa forma, agregar áreas distintas do conhecimento e entrelaçar múltiplos pontos de vista de modo a analisar o fenômeno da fome no Brasil sob vários ângulos, como um prisma, demonstrando maior clareza teórica e aprofundamento da interdisciplinaridade, interativa e intersubjetiva (Gurgel, 2007).

Considerando a disponibilidade e o acesso dos dados na pesquisa realizada, os indicadores epidemiológicos e os programas compreenderam o período entre 1974 e 2022 para a análise da fome na população infantil e

adolescente, e entre 2004 e 2022 para a análise da população geral no Brasil.

A delimitação por esse intervalo de tempo também considera as diferentes perspectivas ideológicas que governaram o país nesses anos – da Ditadura Militar à transição para a redemocratização – e pela possibilidade de se analisar como a formulação de programas de alimentação pode sofrer influências a partir da concepção da fome adotada pelas gestões que estão no comando do governo federal. Por outro lado, dado o caráter atemporal inerente à arte e à literatura brasileira, a escolha das obras literárias não obedece ao período acima definido e compreende trabalhos publicados em diferentes momentos do século XX.

Indicadores epidemiológicos

O Quadro 1 elenca os indicadores que foram utilizados na pesquisa, suas definições, métodos de cálculo e as fontes de onde foram coletados. De modo a ilustrar a fome ao compreender as populações infantil e adulta, os quatro primeiros indicadores foram escolhidos com base na sua capacidade em dimensionar a fome a partir da proporção de indivíduos emagrecidos com deficiência energética crônica (Monteiro, 2003). O terceiro indicador, por sua vez, reflete a importância do conceito de segurança alimentar ao mesmo tempo em que procura fornecer uma proporção de famintos na população brasileira.

Quadro 1 – Indicadores epidemiológicos

	Definição	Método de cálculo	Fontes de coleta
Taxa de prevalência de déficit ponderal para a idade em crianças menores de 5 anos	Percentual de crianças menores de cinco anos que apresentam déficit ponderal para a idade, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	Número de crianças menores de cinco anos com peso inferior a menos dois desvios-padrão da mediana de peso para a idade, sobre o número total de crianças residentes nessa faixa etária.	<ul style="list-style-type: none"> ● Estudo Nacional da Despesa Familiar (1974), do IBGE; ● Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (1989), do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN); ● Portal de Determinantes Sociais da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.
Índice de massa corporal (IMC) < 18,5 (“baixo peso”)	Indicador da densidade do corpo determinado pela relação entre o peso corporal e a estatura. Para adultos, o IMC se encontra nestas categorias: < 18,5 (baixo peso), ≥ 18,5 e < 25 (normal), ≥ 25 e < 30 (sobrepeso), ≥ 30 (obeso).	Peso sobre a altura elevada ao quadrado.	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).
IMC < 22 (“baixo peso”)	Para idosos, o IMC se encontra nestas categorias: < 22 (baixo peso), ≥ 22 e < 27 (normal), ≥ 27 (sobrepeso).		

Índice IMC para idade	<p>Índice antropométrico adotado pelos protocolos do SISVAN para os seguintes grupos: crianças de 0 a 5 anos incompletos, crianças de 5 a 10 anos incompletos e adolescentes.</p>	<p>Cálculos baseados nas curvas de crescimento infantil propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com os seguintes valores críticos: $<$ Escore z -3 para <i>magreza acentuada</i>, e \geq Escore z -3 e $<$ Escore z -2 para <i>magreza</i>.</p>	<p>SISVAN.</p>
Proporção de brasileiros em insegurança alimentar	<p>Percentual de brasileiros que enfrentam falta de acesso a uma alimentação adequada. Insegurança alimentar pode ser dividida em <i>leve</i>, quando há preocupação com o acesso de alimentos no futuro; <i>moderada</i>, quando ocorre restrição quantitativa de alimentos; e <i>grave</i>, quando há falta de alimentos.</p>	<p>Proporção percentual obtido pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma escala psicométrica que avalia as dimensões da segurança alimentar e nutricional por meio da percepção e experiência com a fome.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE; ● Pesquisas da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSANN).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Programas de combate à fome

Políticas sociais de alimentação e nutrição são ações estatais voltadas para a produção, comercialização e consumo de alimentos para determinados segmentos sociais (Faleiros, 1995). Para a investigação de programas de combate à fome, foi realizada consulta no Portal “Geografia da Fome: 75 anos depois”, mantido pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis. Foi utilizada a página “Combate à fome: 75 anos de políticas públicas”¹, sendo selecionadas as políticas consideradas relevantes ao tema da pesquisa, publicadas no período estipulado no estudo, e excluídas aquelas não pertinentes. Acerca dos programas, serão analisados os seguintes aspectos:

- público-alvo;
- abrangência;
- objetivos;
- ações propostas; e
- período de vigência.

Literatura

As obras selecionadas foram *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, *Morte e vida severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto e *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus. A escolha por essas obras parte de sua notável relevância na literatura nacional brasileira. As histórias e as personagens dessas publicações perpassam por situações que se conectam à problemática da fome através de perspectivas como a seca, fuga da fome e populações rurais na obra de Ramos, a fome entre a população

¹ <http://geografiadafome.fsp.usp.br/combate-a-fome-75-anos-de-politicas-publicas/>

periférica na obra de Jesus e a fome enquanto consequência de problemas fundiários na obra de Melo Neto.

Os seguintes aspectos das obras foram analisados:

- narrativa sobre a fome: como os autores apresentam o problema e o cenário no qual a narrativa é ambientada (cidade/sertão, pessimismo/otimismo, perspectivas sobre o futuro);
- percepção das personagens: rotina das pessoas famintas e como as personagens entendem a fome;
- causas da fome;
- aspectos políticos e sociais: contexto do momento histórico em que a história é narrada; e
- interface com a saúde: de que modo a fome implica na saúde física e mental das personagens (adoecimentos, mortes, tragédias).

Os indicadores epidemiológicos foram analisados por abordagem descritiva por meio de séries temporais e espaciais, de maneira a identificar o padrão de como a segurança alimentar e a fome se comportaram no Brasil nas últimas décadas. Com relação aos dados referentes aos programas de combate à fome e à literatura, foram realizadas sínteses analíticas de cada programa e obra literária a partir da compilação e organização dos dados em um *corpus textual* e realização de leitura flutuante; exploração do material, na qual foram criadas categorias analíticas a partir do que emergiu do texto e dos objetivos do estudo; além de tratamento dos dados e interpretação.

A análise pela triangulação cria uma abordagem da fome de modo que a carga literária procure ilustrar - e humanizar - os dados epidemiológicos encontrados ao mesmo tempo em que se analisa se a implementação de programas de combate à fome de fato foi capaz de melhorar e influenciar os indicadores de saúde. O método triangulado, ao

possibilitar a apreensão do fenômeno estudado sob diferentes perspectivas, não só aumenta a credibilidade da pesquisa como também permite considerar a complexidade dos objetos de estudo – neste caso, a complexidade do problema e das condições de vida das pessoas que vivem em situação de fome (Santos *et al.*, 2020).

Como o estudo não envolveu a coleta de dados primários com seres humanos, não foi necessário ser avaliado pelo CEP/Conep (Comitê de Ética em Pesquisa/Comitê Nacional de Ética em Pesquisa), conforme versa o Parágrafo Único da Resolução n. 510/2016.

OS GURIS COM FOME

Precisava entrar em casa, jantar, dormir. E precisava crescer, ficar tão grande como Fabiano, matar cabras a mão de pilão, trazer uma faca de ponta à cintura. Ia crescer, espichar-se numa cama de varas, fumar cigarros de palha, calçar sapatos de couro cru.

Graciliano Ramos

Do sertão às cidades, uma parcela do Brasil passa a conhecer a realidade de uma rotina com falta de comida desde muito cedo. É o caso do Menino Mais Novo e do Menino Mais Velho, típicos condenados do diabo como os guris de Chico Buarque: nascem com cara de fome e sem nome. Nas viagens em busca de alimento e água e sombra (e dignidade), um dos Meninos chora, deita no chão, mas é amparado pelo pai - seguirão com fome, mas também com esperança de que a situação melhore no futuro.

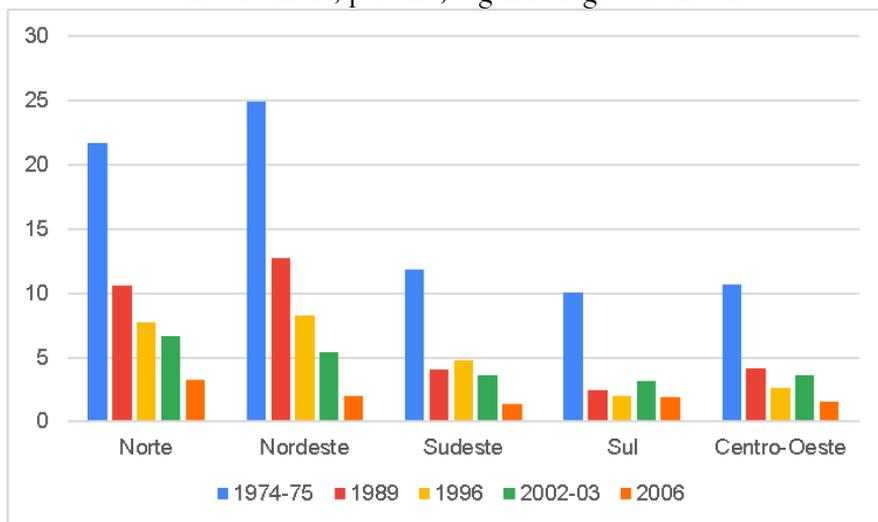
É o caso também de Vera Eunice, João José e José Carlos, que, mesmo com nome, vivem, assim como outros favelados, com a desventura das crianças que desde pequenas lamentam sua condição no mundo. Eles gostam de pão mole (ou duro quando não tem o mole), arroz e feijão, café, sanduíche. Também catam verduras, vasculham o lixo e são parte da mais horrível sinfonia que uma mãe pode ouvir - aquela que canta “Estou com fome”. Mesmo que continuem sendo estudantes ao não desistir da vida escolar, sorriem à toa quando comem algo diferente, como marmelada ou pastel; a mãe, Carolina, sorri à toa quando eles comem um prato de arroz e feijão.

Todos esses guris representam o grupo mais vulnerável quando se fala das consequências da fome: por ano, no mundo, mais de três milhões de crianças morrem por fome ou outras doenças, como diarreia, rubéola e malária, facilmente preveníveis se essas fossem bem nutridas. Na verdade,

um de cada cinco famintos é uma criança com menos de cinco anos (Caparrós, 2016). Crianças que não se alimentam adequadamente não sofrem apenas durante o seu período de crescimento, mas até mesmo na vida adulta, dada a associação existente entre desnutrição na infância e o risco de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis na vida adulta (MS, 2005).

Dos vários indicadores epidemiológicos que ajudam a compreender a situação dos guris famintos em uma perspectiva nacional, o déficit ponderal mostra-se relevante pelo fato de ser considerado pela OMS como um dos principais fatores de risco para a ocorrência de doenças no século XXI (WHO, 2002). A Figura 1 apresenta a taxa de prevalência de déficit ponderal em crianças menores de cinco anos de idade, descrita como a proporção de crianças residentes no Brasil com menos de cinco anos de idade e que apresentam déficit ponderal para a idade (CEPI-DSS/ENSP/FIOCRUZ, 2013).

Figura 1 - Taxa de prevalência de déficit ponderal em crianças menores de 5 anos de idade, por ano, segundo região do Brasil



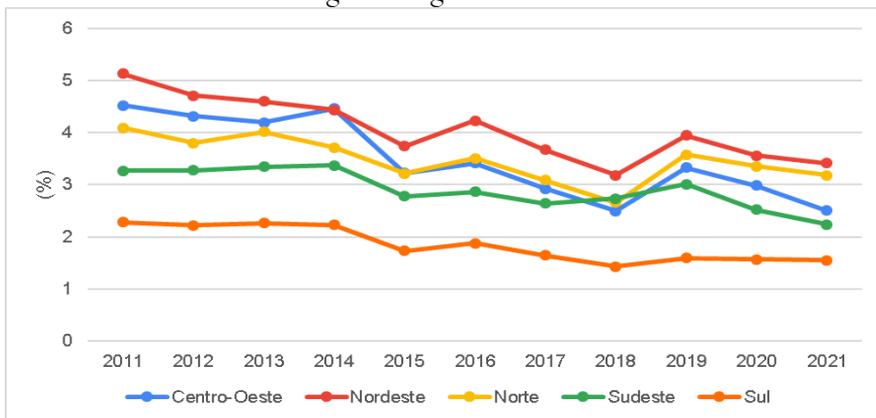
Fonte: Machado, Lima e Uchimura (2008); CEPI-DSS/ENSP/FIOCRUZ (2013).

Percebe-se que as regiões Norte e Nordeste registraram as maiores prevalências de déficit ponderal e, ainda assim, são as regiões que apresentaram quedas constantes ao longo dos anos, diferentemente das regiões Sul e Centro-Oeste, que apresentaram ligeiro aumento na taxa entre 1996 e 2002-03, e da região Sudeste, com aumento entre 1989 e 1996. Em 2006, o Norte passa a ser a região mais afetada pelo déficit ponderal, registrando taxas superiores às do Nordeste. Por outro lado, o Sul é a região menos afetada em toda a série temporal até 2002-03, quando o Sudeste e Centro-Oeste, em 2006, passam a registrar as menores taxas do país.

É evidente a melhora no déficit ponderal de crianças, principalmente se levada em consideração a análise das taxas de prevalências das regiões Norte e Nordeste. Nos dados de 1974-75 e 1989, essas regiões apresentavam uma prevalência de crianças com déficit ponderal muito maior que Sudeste, Sul e Centro-Oeste, até que a partir de 2002-03 e, principalmente, 2006, as taxas começam a se aproximar das outras três regiões mais bem alimentadas do país. Destaca-se o fato do Nordeste ter registrado taxa de prevalência virtualmente igual à do Sul em 2006, apontando uma melhora significativa deste indicador epidemiológico para a região.

A pesquisa de dados antropométricos, por sua vez, foi realizada na plataforma do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e levou em consideração os parâmetros adotados pelo Ministério da Saúde (MS). No que tange à avaliação de crianças, o SISVAN classifica essa faixa etária em dois grupos: crianças de 0 a 5 anos incompletos e crianças de 5 a 10 anos incompletos. Para a avaliação do estado nutricional, foi adotado o índice “IMC para idade”, cuja classificação se dá em “Magreza acentuada”, “Magreza”, “Eutrofia”, “Risco de sobrepeso”, “Sobrepeso” e “Obesidade” (Brasil, 2008). Considerando o escopo do trabalho, as duas primeiras categorias são avaliadas a seguir a partir das regiões geográficas do Brasil.

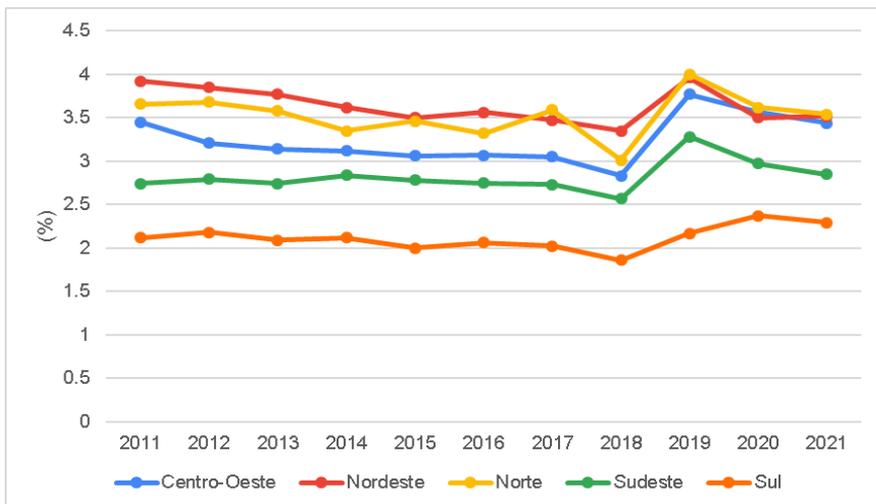
Figura 2 - Magreza acentuada em crianças de 0 a < 5 anos, por ano, segundo região do Brasil



Fonte: SISVAN (2022).

Na última década, os dados acerca da magreza acentuada em crianças de 0 a < 5 anos mostraram tendência de queda no país (Figura 2). Ao longo desse período, as regiões Nordeste e Sul permanecem com maiores e menores percentuais de crianças acentuadamente magras, respectivamente. Todas as regiões registraram aumento de índice no biênio 2015-2016. Em termos de estabilidade, a região Sul demonstra ser a mais estável a partir da segunda metade da década, conforme se observa, inclusive, nos demais gráficos a seguir. Cabe destacar o fato do Sudeste, em 2018, ser a segunda região mais afetada do país.

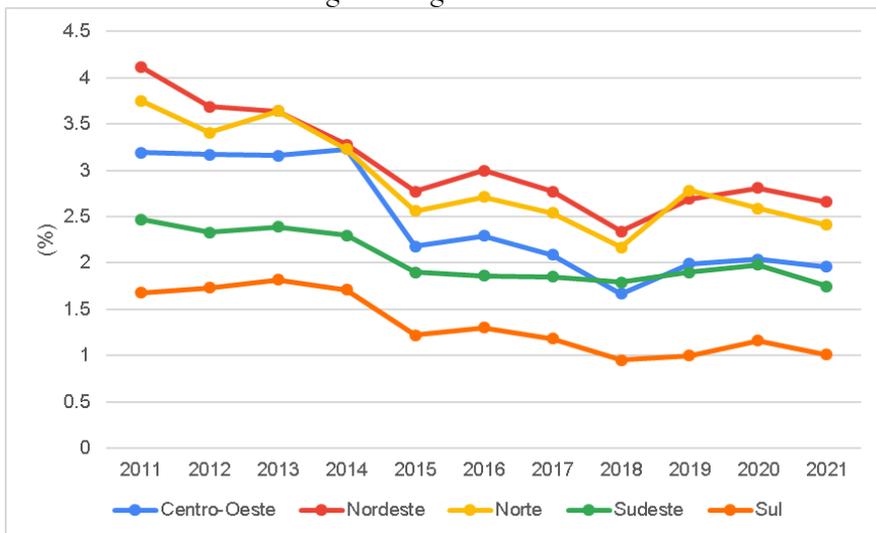
Figura 3 - Magreza em crianças de 0 a < 5 anos, por ano, segundo região do Brasil



Fonte: SISVAN (2022).

O gráfico de magreza no grupo de crianças de 0 a < 5 anos, ao contrário do observado na magreza acentuada, demonstra tendência de estabilização dos índices até 2018, quando se percebe aumento nos percentuais (Figura 3). Ainda que tenham sido registradas quedas nos índices dos últimos dois anos - com exceção da região Nordeste, que teve aumento em 2021 -, é perceptível que o Brasil termina os anos 2010 com mais crianças magras do que no início da década.

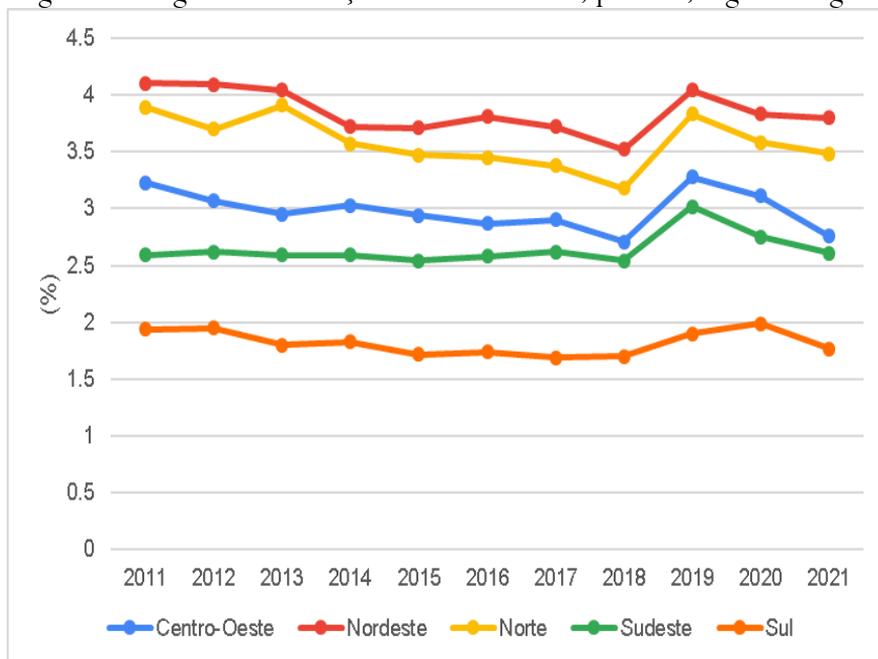
Figura 4 - Magreza acentuada em crianças de 5 a < 10 anos, por ano, segundo região do Brasil



Fonte: SISVAN (2022).

No grupo de crianças de 5 a < 10 anos, os dados da magreza acentuada seguem a tendência que mostra a região Nordeste como a mais afetada, ainda que, nesse caso, a região Norte tenha registrado índices muito próximos em 2013 e 2014 (neste ano, também próximos com a região Centro-Oeste), chegando a ser a região mais afetada em 2019 (Figura 4). De modo geral, há redução no percentual de crianças acentuadamente magras em todo o país.

Figura 5 - Magreza em crianças de 5 a < 10 anos, por ano, segundo região

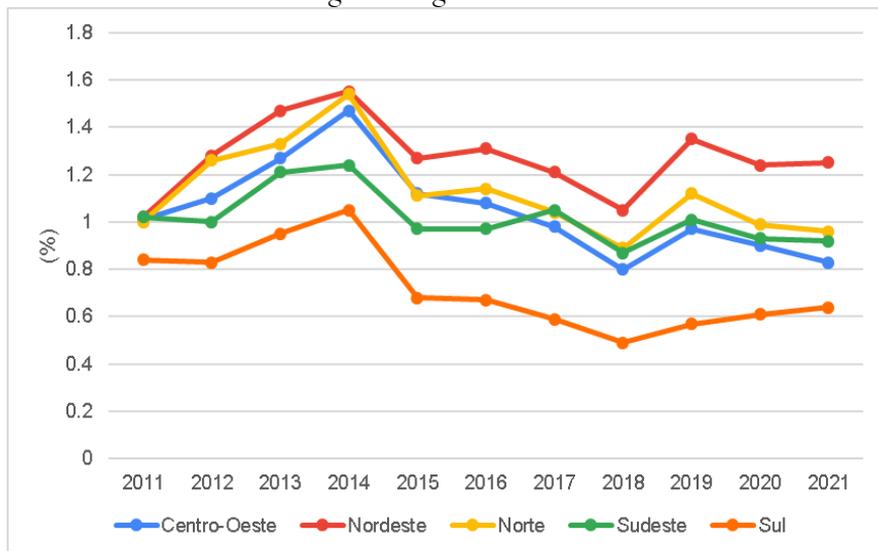


Fonte: SISVAN (2022).

Diferentemente da piora observada nos dados de magreza em crianças de 0 a < 5 anos, o gráfico das crianças magras de 5 a < 10 anos mostra uma tendência de estabilização: por mais que todas as regiões tenham registrado queda se comparados os anos de 2011 e 2021, essas quedas não são acentuadas (Figura 5).

Por outro lado, a faixa etária dos adolescentes compreende os brasileiros com idades entre 10 anos completos e 20 anos incompletos. Para a avaliação do estado nutricional, tal qual os dados relativos às crianças, foi adotado o índice “IMC para idade” e suas classificações de “Magreza acentuada” e “Magreza” (Brasil, 2008).

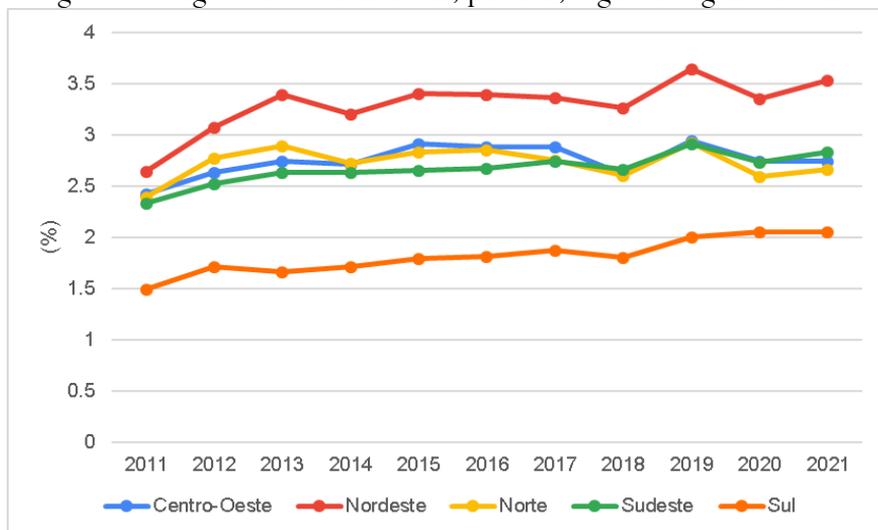
Figura 6 - Magreza acentuada em adolescentes de 10 a 20 anos, por ano, segundo região do Brasil



Fonte: SISVAN (2022).

Os percentuais de adolescentes com magreza acentuada oscilaram durante a década, porém, ao final do período, os índices continuam relativamente iguais aos de 2011, com exceção da região Nordeste, que registra um pequeno aumento (Figura 6). Na região Sul, há uma tendência de aumento de adolescentes acentuadamente magros nos últimos três anos, mas ainda assim é a região do país com os menores índices. Interessante perceber que, em 2011, as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste registraram números próximos, que, com o passar dos anos, se descolam e mantêm a tendência da região Nordeste como a mais afetada pelo maior percentual de magros.

Figura 7 - Magreza em adolescentes, por ano, segundo região do Brasil



Fonte: SISVAN (2022).

A situação de magreza em adolescentes mostra que os números vêm registrando aumento em todas as regiões do Brasil (Figura 7). O Nordeste é a região mais afetada e os percentuais indicam que Centro-Oeste, Norte e Sudeste são similarmente atingidos pela elevada proporção de adolescentes magros. Mesmo o Sul apresenta números que cresceram discretamente ano após ano.

Todos esses indicadores expõem as desigualdades existentes entre as regiões do Brasil e revelam o panorama da deficiência nutricional nas crianças e adolescentes. Portanto, por ser um país com uma riqueza (ou, nesse contexto, pobreza) alimentar, a fome pode se manifestar clinicamente de maneira diferente no Menino Mais Novo e em Vera Eunice, por exemplo, mas no fim das contas, a causadora do problema é uma mesma: a fome verdadeira.

Em *Geografia da Fome*, Josué de Castro já analisava alguns aspectos nutricionais a partir dessas diferenças regionais. Na Região do Amazonas, as crianças apresentavam sinais de deficiência proteica com tendência

edemaciante, o que, pelo aumento de peso, poderia dar a impressão de que eram bem nutridos quando na verdade eram subalimentados. No Nordeste açucareiro, casos de deficiência de vitamina B2 (arriboflavinose) eram generalizados em crianças e as queiloses, as rachaduras dos cantos da boca conhecidas como boqueiras, eram praticamente características do “menino pobre”. No Sertão Nordestino, as consequências da seca marcam a vida das crianças que apresentam estaturas mirradas pelo nanismo alimentar, com suas deformações das osteopatias da fome e suas endocrinopatias carenciais, manchando e afeando o conjunto de homens fortes que constitui a raça sertaneja - descrições que lembram as vidas dos Meninos e o pai, Fernando. Por fim, na região denominada Centro e Sul, tida por Castro como a melhor alimentada do país, destacava-se a carência de proteínas entre crianças pobres de grandes centros urbanos, com alta incidência de edemas de fome-síndromes de *kwashiorkor* (Castro, 1984).

O *kwashiorkor*, que Castro descreve como “edemas de fome”, é de fato caracterizado por edemas nas pernas, braços e rosto, sendo uma doença causada por desnutrição severa de proteínas, afetando, principalmente, crianças por volta dos cinco anos de idade. Outra forma de desnutrição aguda é o marasmo, uma desnutrição sem edema causada por deficiência de energia e que produz um emagrecimento muito brutal, geralmente em crianças (Benjamin; Lappin, 2022). A descrição do marasmo também é muito parecida com a situação clínica de um dos Meninos, quando Fernando deve carregar o filho: “(...) Levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos” (Ramos, 2009).

Da mesma forma, as consequências da fome na saúde são documentadas em estudos que evidenciaram que crianças de famílias com insegurança alimentar eram mais propensas a ter pior estado de saúde e sentir cefaléia e gastralgia de maneira mais frequente (Alaimo *et al.*, 2001). Relata-se também que a desnutrição pode ocasionar “danos de memória e concentração, perda de peso, retardo no desenvolvimento psicomotor,

dificuldades de aprendizagem, impulsionando-a a comportamentos agressivos e negativistas” (Felberg *et al.*, 2016).

Em relação à saúde mental, mesmo durante a vida escolar, o retardo de crescimento e baixo status socioeconômico fazem com que adolescentes que experienciam fome se tornem alvos mais prováveis de violência psicológica (Romo *et al.*, 2016). Também demonstrou-se, em estudo com crianças de 7 a 10 anos de uma comunidade carente, que aquelas cronicamente desnutridas apresentaram maiores níveis de ansiedade (Miranda *et al.*, 2007).

No Brasil, a trajetória percorrida para tentar erradicar a fome e a desnutrição aguda em crianças perpassa por um conjunto de políticas públicas implantadas durante várias gestões presidenciais (Quadro 2). No período 1975-89, a melhora do estado nutricional das crianças se deve à expansão da cobertura dos serviços e programas sociais de alimentação e nutrição, além de um aumento moderado da renda familiar - aponta-se, também, que nesse intervalo de 15 anos, a prevalência de desnutrição entre crianças de um a quatro anos foi reduzida de 19,8% para 7,6% (Vasconcelos, 2005). É justamente nesse período em que se observa uma melhora significativa na taxa de prevalência de déficit ponderal.

Uma política pública de grande importância, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vigente desde 1979, funciona por meio de repasse de verbas federais a estados e municípios e é parte importante na compreensão de como a segurança alimentar combina com educação. A merenda escolar no cotidiano de crianças como os filhos de Carolina é fundamental não só para a permanência em sala de aula, mas para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar (Alves, 2021). O fato é que a manutenção do PNAE até os dias atuais demonstra que o combate à fome não se dissocia da escola, mas também não erradica a problemática: Vera Eunice, José Carlos e João José são exemplos de crianças que ficam felizes apenas por tomarem café antes de ir

pra escola, mas a fome, é claro, não deixa de estar presente quando estão longe dos bancos escolares e devem catar papéis e comida pela cidade.

Em meio a campanhas solidárias de combate à fome, as crianças desnutridas continuam a ser notícia pelo país na década de 1990. Por mais que sejam evidentes as melhorias no índice de taxa de déficit ponderal, o Brasil ainda registra dados alarmantes. Na virada para o novo século, em 2001, o país tinha um milhão e meio de crianças sofrendo de desnutrição. Mais alarmante ainda: uma criança morria a cada 5 minutos, a maioria por causas relacionadas à fome, como as mencionadas no início deste capítulo (Jornal, 2001). Nessa época, mais um esforço de política pública surgiu com o Programa de Combates às Carências Nutricionais (PCCN), criado em 1998, mas encerrado ainda em 2002. O PCNN buscava, além de contribuir com a redução da desnutrição infantil, controlar carências nutricionais de ferro e vitamina A.

Em 2005, são implementados três programas de combate a carências nutricionais: Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A; Programa Nacional de Suplementação de Ferro; e Programa Nacional de Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo. Estes Programas atentam para o que Josué de Castro chamou de “fome oculta”, definida como uma deficiência alimentar em proteínas, sais minerais e vitaminas, e cuja incidência estaria ligada a sistemas de exploração econômica, às religiões e, inclusive, aos hábitos e costumes alimentares, o que reflete mais uma vez a diversidade geográfica e alimentar do Brasil (Andrade, 1997).

Em 2006, quando a taxa de déficit ponderal em crianças menores de cinco anos apresentava as cinco regiões do país com números bem melhores do que na década de 70, os guris brasileiros já sentiam os impactos de políticas públicas como o Bolsa Família, um importante propulsor do combate à fome e que será debatido no capítulo a seguir. Na década seguinte, também será observado como o conjunto destas e outras

políticas públicas contribuíram para que, pelo menos por um breve momento, o Brasil tivesse se livrado do fenômeno da fome.

Porém, a partir de 2016, várias políticas, como o próprio PNAE, sofreram ou com sua precarização ou até mesmo sua descontinuação (Cátedra Josué de Castro, 2021b). Nos gráficos analisados anteriormente, principalmente desde 2018, aumentos na proporção de pessoas magras são observados no grupo de crianças menores que 5 anos, de 5 a menores de 10 anos e nos adolescentes, além de um aumento na proporção de adolescentes magros. Mais tarde, durante a pandemia de Covid-19, o PNAE, que tinha a agricultura familiar como fornecedora de alimentos para as escolas, é precarizado por decretos governamentais que impactaram esta cadeia de venda do Programa, afetando tanto estudantes como agricultores (Melo, 2021). Dados de 2022 indicam que a insegurança alimentar dos domicílios com crianças de até 10 anos de idade passou de 9,4% para 18,1% em um ano, o que demonstra o aumento da vulnerabilidade no período pandêmico e as mudanças na gestão do PNAE, de modo que as crianças não puderam contar com a alimentação escolar com regularidade, ao mesmo tempo em que ficaram expostas à escassez de alimentos dentro de casa (Pensann, 2022).

Em 2022, na cicatriz aberta de uma crise famélica que acomete boa parte da população mais vulnerável desse país, muitos guris filhos da desigualdade urbana ou da seca do sertão estão desmaiando de fome em salas de aula. Esse escândalo - o de uma criança faminta - não deve ser tolerado.

Quadro 2 – Programas de combate à fome com foco nas crianças e adolescentes no Brasil (1974-2022)

Programa	Público-alvo	Objetivos	Ações propostas	Vigência	Gestão
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Estudantes de todas as etapas de educação pública.	Oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional.	Repasse de verbas a estados, municípios e escolas federais para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.	1979 - presente	Ditadura Militar
Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN)	Crianças de 6 a 23 meses, com desnutrição energético-protéica, crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, com deficiência de ferro e/ou de vitamina A e gestantes e idosos em risco nutricional.	Reduzir e controlar a desnutrição infantil em geral e as carências nutricionais específicas, principalmente a anemia ferropriva, a hipovitaminose A e incentivar a prática do aleitamento materno.	Acompanhamento na rede municipal de saúde, distribuição de leite, óleo de soja e, para o Nordeste, xarope de sulfato ferroso.	1998 - 2002	Fernando Henrique Cardoso
Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A	Crianças de 6 a 59 meses de idade e mulheres no pós-parto.	Prevenir e/ou controlar deficiência de vitamina A nutricional.	Distribuição de suplementos de vitamina A.	2005 - presente	Lula
Programa Nacional de Suplementação de Ferro	Crianças de seis a 18 meses de idade, gestantes e mulheres no pós-parto e pós-aborto.	Prevenir anemia ferropriva.	Distribuição de suplementos de ferro.	2005 - presente	Lula

Programa Nacional de Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo	Todos. Prevê prevenção de cretinismo em crianças, surdo-mudez, anomalias congênitas, bócio, altas taxas de natimortos e nascimento de crianças com baixo peso, problemas no período gestacional e aumento do risco de abortos e mortalidade materna.	Prevenir distúrbios por deficiência de iodo.	Monitoramento do teor de iodo do sal e do impacto da iodação do sal na saúde da população, atualização de dispositivos legais dos teores de iodo do sal e implementação de estratégias de informação, educação, comunicação e mobilização social.	2005 - presente	Lula
Brasil Carinhoso	Estudantes de zero a 48 meses, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família	Custear despesas com manutenção da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional e garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil	Transferência de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal.	2012 - presente	Dilma Rousseff

Fonte: elaborado pelos autores.

A ESCRAVATURA ATUAL

E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?

Carolina Maria de Jesus

Acontece que no dia 13 de maio de 1958, Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, a catadora de papéis Carolina, de dentro de um *Quarto de Despejo*, no frio de uma favela paulistana, reclama da escravatura atual: a fome. O custo dos gêneros alimentícios, diz ela, impede a realização de seus desejos. Mas continua na labuta - com os filhos Vera Eunice, João José e José Carlos, escravos do custo de vida. Ali na favela, passar fome é uma enfermidade - a pior de todas -, que de tão crônica já sela o destino faminto de qualquer um que nasce nesse planeta.

Nesse mesmo Brasil, à busca de qualquer quarto de despejo, Fabiano, Sinhá Vitória, Menino Mais Novo, Menino Mais Velho e a cadela Baleia são os “condenados do Diabo” em *Vidas Secas* e também reféns de uma escravatura que os impede o acesso à água, comida, sombra e dignidade. O início da fuga da fome que caracteriza a rotina desses viventes é marcado pela morte de um papagaio, também companheiro da família, cujo cadáver serve de refeição para os retirantes, inclusive para Baleia, que tem a oportunidade de comer os pés, cabeça e ossos da ave amiga. Esses brasileiros já estão familiarizados o bastante com a fome: não há porque se importar em comer o ex-papagaio-companheiro nem mesmo os preás caçados pela cadela, afinal esses alimentos são uma oportunidade para adiar a morte e continuar a fuga menos famintos.

Fabiano é um “vagabundo empurrado pela seca” que vê a família morrendo de fome a comer raízes - no local encontrado pelos condenados depois de dias de caminhada, o bicho-homem será o vaqueiro de uma fazenda morta. Ele é um brasileiro atormentado pelo passado da fome, mas

ainda assim se preocupa com a esposa e a educação dos filhos. Sinhá Vitória, por sua vez, foi tão castigada pela fome verdadeira que parece trivial matar um papagaio ou lamber o focinho com sangue da cadela caçadora de preás. Os viventes, porém, traduzem uma luz otimista com boas perspectivas para um futuro de dignidade: Fabiano sonha com o crescimento do pasto e a multiplicação do gado que faria todos engordarem. Até mesmo Baleia, companheira fiel dos Meninos, sonha com um Fabiano enorme, as crianças num chiqueiro enorme e um mundo repleto de preás gordos e enormes.

O baixo peso tem sua importância na descrição das consequências da fome na saúde dessas vidas secas, o que, inclusive, ajuda a compreender os devaneios com corpos engordados: perda de peso e magreza são as manifestações clínicas mais comuns, estando presentes nas pernas e braços finos dos Meninos e nos joelhos ossudos de Sinhá Vitória. Fabiano também culpa a fome por seus episódios de fraqueza e tontura. Efeitos na saúde mental, particularmente dos adultos, são perceptíveis em sintomas depressivos apresentados por Sinhá Vitória e nos sentimentos de baixa autoestima de Fabiano.

Já Carolina vive constantemente preocupada com o que cada filho vai comer - seu dia a dia braçal é definido não só pela caça aos papéis pelas ruas de São Paulo, mas também pela caça à comida nos lixões (é um corvo) e na distribuição de ossos (é um cachorro). As ações de caridade desempenham um papel na conquista do quinhão diário, com ações solidárias de vizinhos e membros da igreja. Na verdade, a fome é uma realidade tão bem conhecida por Carolina que definição técnica alguma, de qualquer órgão internacional, conseguirá traduzir com clareza como é passar o dia sem perspectivas, sem otimismo e sem saber se vai ter algo para comer quando acordar com fome no dia seguinte. A fome de Carolina é real, não é obra de ficção literária.

A insegurança alimentar grave da catadora também se apresenta com brutalidade nas frustrações ao ganhar um osso “limpo” sem restos de carne

para fazer uma sopa ou quando percebe que *eles* preferem deixar estragar o bacalhau caro do que dar aos pobres. Não é difícil compreender o porquê do ato de comer ser considerado um espetáculo por Carolina: as panelas fervendo e o cheiro agradável se espalhando pelo barracão-casa é um evento na família tão lindo de tão raro.

Carolina e as crianças também são magros e com braços desnutridos. Sem desconsiderar as caminhadas por São Paulo carregando um saco de papéis, Carolina sente estresse, nervosismo e preocupação pelos filhos. Outros sintomas provocados pela fome incluem tontura, tremores e distúrbios visuais, esse último descrito como ver “o céu, as árvores, as aves, tudo em amarelo”. A saúde mental de Carolina é marcada por tristeza, depressão e pensamentos suicidas - um caso de suicídio por fome que ocorre próximo à ela é definido como uma “vergonha para a Nação”. Além disso, a catadora apresenta pensamentos disfuncionais nos momentos extremos de fome, como a ideia de comer um gato que aparece na sua janela.

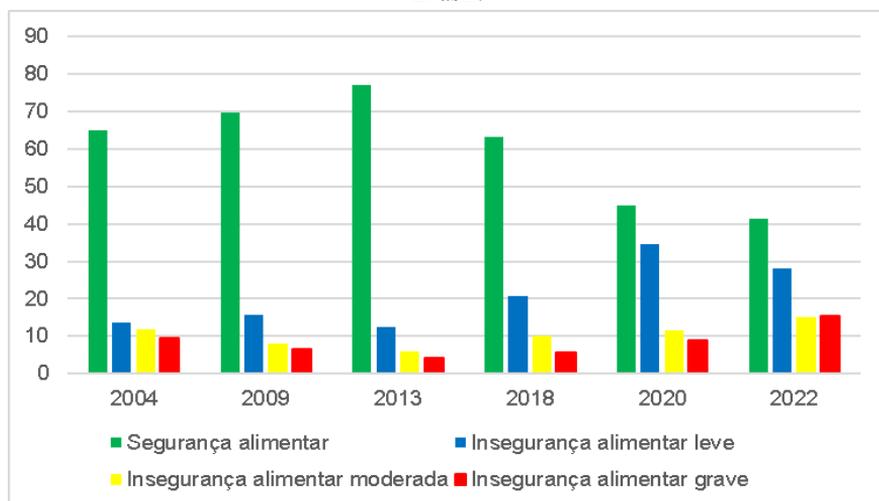
De fato, os efeitos da fome na saúde percebidos nas personagens são relatados em diversos estudos: a ingestão inadequada de vitaminas, por exemplo, foi associada com aumento da irritabilidade, nervosismo, medo e mal-estar. Por outro lado, as consequências na saúde mental podem decorrer, de forma indireta, dos impactos da insegurança alimentar na saúde física - ou seja, uma saúde física pobre decorrente de vulnerabilidade social é fator de risco para uma saúde mental debilitada (Siefert *et al.*, 2004).

Mesmo na população feminina percebe-se uma relação entre o aumento das taxas de depressão e insegurança alimentar grave. Estudo realizado em comunidades norte-americanas de baixa renda confirmou que mulheres que vivem em famílias com insegurança alimentar têm chances triplicadas de desenvolver sintomas depressivos (Sousa *et al.*, 2019). Nos períodos de seca, como é o caso de Sinhá Vitória, a ansiedade oriunda do sentimento de responsabilidade para suprir as necessidades básicas da

família, como água e alimentos, também é outro problema que assola a saúde mental das mulheres (Alpino *et al.*, 2015).

Em relação à proporção de brasileiros acometidos pela fome, a Figura 8, a partir de dados obtidos pela aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), apresenta a representação gráfica dos domicílios que vivem em situação de segurança ou insegurança alimentar no Brasil.

Figura 8 - Escala de segurança alimentar na população adulta, por ano, no Brasil.



Fonte: PNAD (2014); IBGE (2020); PENSSAN (2021); PENSSAN (2022).

Os dados de segurança alimentar, é claro, não contemplam apenas a população adulta brasileira: o Menino Mais Velho ou a Vera Eunice, por exemplo, também estão ali, afinal, são parte de um mesmo domicílio. A insegurança alimentar grave, representada em vermelho no gráfico, estampa a fome no Brasil, de acordo com a definição técnica comentada anteriormente. Até pelo menos 2013, a fome estava em queda no país ao mesmo tempo em que a proporção de brasileiros em segurança alimentar aumentava. O ano de 2018 marca uma piora dos índices desde que a EBIA

foi aplicada em 2004, situação essa que foi agravada em 2020 e ainda mais em 2022, quando as modalidades de insegurança alimentar moderada e grave registraram aumento. No espaço de apenas quatro anos (2018-2022) -, o Brasil passa a ser um país em que menos da metade de sua população vive em segurança alimentar: a insegurança alimentar leve explode em 2020, enquanto a moderada e a grave (fome), em 2022, registram patamares piores que os de 2004. Os resultados deste gráfico continuarão a ser analisados nos parágrafos a seguir juntamente com os programas de combate à fome implementados (Quadro 3).

O Programa Bolsa Família (PBF), considerado uma política propulsora da redução da pobreza e extrema pobreza, se tornou lei em 2004 (Souza *et. al*, 2019). O PBF é um programa de transferência de renda de gestão descentralizada (União, Estados e municípios) e que atende famílias com renda *per capita* de até R\$ 89,00 mensais e famílias com renda *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, estas desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. O valor recebido pela família dependia da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária. Outro destaque no PBF são as condicionantes para famílias serem contempladas, que incluíam, por exemplo, a permanência das crianças na escola e a vacinação em dia (Carrança, 2021b).

O PBF é resultado da proposta de expansão e unificação de programas de transferência monetária, constituindo-se como o principal programa implementado dentro da chamada Estratégia Fome Zero (Silva, 2007). O documento Fome Zero, divulgado ainda em 2001 e elaborado pelo Instituto de Cidadania juntamente com a participação de organizações da sociedade civil, defendia que a segurança alimentar deveria ser um direito assegurado pelo Estado e que as principais causas da fome no Brasil eram a pobreza e o desemprego (Yasbek, 2004).

O documento Fome Zero é também uma definição da escravatura vivida por Carolina, seus filhos e os transeuntes de um Brasil que, em meio

ao crescimento desenfreado da população urbana e a consequente situação de desemprego, assiste ao aumento da capacidade produtiva sem que isso resulte na diminuição relativa dos preços dos alimentos nem na maior capacidade de aquisição desses alimentos pela população mais pobre. A catadora ainda cita atitudes solidárias realizadas pela igreja e por vizinhos, mas o desperdício de alimentos expresso nas ações propositais de caminhões esmagando tomates e no despejo de creolina em lixões, revela o descaso com os mais pobres para além daqueles eleitos para cargos públicos.

Na verdade, as ações da sociedade civil pelo combate à fome já eram citadas pelo documento Fome Zero, destacando-se a “Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida”, movimento social dos anos de 1992/93 liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, que levou à formação de milhares de comitês de solidariedade responsáveis por atividades como realização de “sopão” comunitário, doação de cestas básicas e arrecadação de alimentos (Magalhães, 2002). Em 1993, a mobilização contra a fome e a miséria reúne governo e sociedade com a criação do CONSEA, que buscava atuar em políticas de segurança alimentar e combate à fome. O CONSEA foi desativado em 1995, reativado em 2003 no bojo do que viria a ser a Estratégia Fome Zero, mas extinto em 2019 (Peres; Stevanim; Lavor, 2021).

De Josué de Castro ao Programa Fome Zero, a percepção da fome como um problema estrutural demanda que o combate seja travado também na esfera da agricultura, procurando abranger a população rural. Com Fabiano, Sinhá Vitória, Menino Mais Novo e Menino Mais Velho, a fome nasce justamente como consequência da seca característica de uma região em que a concentração de terras desfavorece famílias pobres, como a desses miseráveis, cujo destino está ligado a fugas rotineiras para fazendas alheias. Aliada às limitações na criação de animais e nas plantações de arroz e feijão, a pobreza sujeitava essas pessoas com receio de serem expulsas daquele pedaço de terra a aceitarem os preços determinados pelo

latifundiário branco. Mesmo na cidade, os impostos governamentais fazem Fabiano se questionar sobre por que os homens ricos gostavam de tomar uma parte até na venda de um simples porco magro.

Nesse sentido, em 2008, como uma das modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)², e no contexto da crise internacional financeira, foi lançado o Programa Mais Alimentos (PMA) com o objetivo de ampliar a capacidade interna da produção de alimentos pela agricultura familiar através de financiamento para melhoria de infraestrutura e fornecimento de assistência técnica. O PMA é uma política com foco na agricultura familiar assim como foi o Programa de Aquisição de Alimentos, lançado cinco anos antes no âmbito da Estratégia Fome Zero, e que buscava adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares, com dispensa de licitação, de modo a incentivar a diversificação produtiva, atender o consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local (Hespanhol, 2013).

Em 2010, é instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que buscava promover a articulação entre Estado e a sociedade civil ao adotar a intersetorialidade como princípio estruturante, estabelecendo, assim, os parâmetros do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que viria a ser implementado entre 2012-15. Entre os resultados do Plano cabe citar mais um especial no contexto da agricultura: a importância da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e destinada à merenda escolar, no âmbito do PNAE, fato esse que garantia tanto a proteção da produção da agricultura familiar e renda dos agricultores quanto o acesso da população a alimentos mais saudáveis, frescos e diversificados (Guimarães; Silva, 2020).

Um ano depois, em 2011, é lançado o Plano Brasil Sem Miséria, uma estratégia para tentar superar a extrema miséria até 2014 pela

² O PRONAF foi implementado em 1996 e é considerado resultado do reconhecimento do homem e da mulher do campo, da produção de alimentos nas propriedades rurais e da importância econômica e social da agricultura familiar para o Brasil.

implementação de ações em três eixos: garantia de renda; inclusão produtiva urbana e rural; e ampliação e aprimoramento de acesso a serviços públicos. São exemplos de ações realizadas o reajuste e inclusão de novos beneficiários no PBF (primeiro eixo), a oferta de cursos de qualificação profissional (segundo eixo) e a construção de Unidades Básicas de Saúde em áreas de extrema pobreza (terceiro eixo). Dados do próprio governo indicavam que as ações articuladas pelo Plano permitiram que 22 milhões de pessoas superassem, pelo menos do ponto de vista da renda, a pobreza extrema (Brasil, 2013).

Outra política igualmente importante foi a instituição, em 2013 (embora financiado desde 2003), do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, mais conhecido como Programa Cisternas, com o objetivo de promover acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos. As cisternas possuem o papel de armazenar a água da chuva, auxiliando na manutenção do sertanejo que vive em períodos de grande estiagem e impedindo que os moradores se desloquem por grandes distâncias para ter acesso a uma fonte de água (Madeiro, 2022). O Programa Cisternas atua diretamente nas *vidas secas* acometidas por um evento climático extremo considerado fator crucial para a insegurança alimentar (FAO, 2021).

Como se viu no gráfico de segurança alimentar, a redução na proporção de brasileiros com fome, em 2009 e em 2013, já ilustra o alcance desse conjunto de políticas públicas implementadas até então. Outros fatores considerados importantes para que o país chegasse a esse cenário são o aumento da escolaridade materna, o melhor acesso a serviços de saúde e de saneamento básico, além do crescimento do poder aquisitivo das famílias com a valorização do salário mínimo, o que, de certa forma, comprova o caráter multifatorial do fenômeno da fome (Cátedra Josué de Castro, 2021a).

Na verdade, a toada do início da década mostrava que a escravatura de Carolina estaria perto da abolição: em 2010, a alimentação é inserida

como um direito social no artigo 6º da Constituição Federal; em 2013, o registro do maior patamar de brasileiros em situação de segurança alimentar; e, em 2014, o Brasil sai do Mapa da Fome organizado pelo FAO por apresentar menos de 5% da população em situação de subalimentação (Brito; Baptista, 2021). Novos tempos como deseja Carolina, com panelas fervendo no fogo, servindo de adorno, enfeitando um lar. É o sonho de Baleia num mundo cheio de preás, com um Fabiano enorme e as crianças espojando com ela num chiqueiro enorme.

Durou pouco: o bicho-homem logo estaria novamente à caça por comida nos lixões.

O aumento da insegurança alimentar em 2018 já preocupava e refletia o corte orçamentário sofrido pelas políticas públicas. Em abril de 2020, a crise sanitária provocada pela Covid-19 culmina na aprovação do que ficou conhecido como Auxílio Emergencial (AE), que tinha o objetivo de minimizar os efeitos econômicos da pandemia para a parte mais vulnerável da população, entres eles os beneficiários do PBF e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) - cidadãos que já tinham algum tipo de relacionamento com políticas de assistência social -, além de trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (Cardoso, 2020). Foram pagas cinco parcelas de R\$ 600,00 para cada beneficiário, valor esse que aumentava para R\$ 1.200,00 se as beneficiárias fossem mães solteiras chefes de família. Posteriormente, ainda em 2020, foram pagas mais quatro parcelas com valores reduzidos à metade e, em 2021, outras quatro parcelas com valor médio de R\$ 250,00.

Em julho de 2020, o AE chegou a alcançar 50% da população brasileira e foi responsável pelos menores patamares já registrados de pobreza extrema no Brasil. A nova rodada de pagamentos em 2021, porém, abrangeu um número menor de beneficiários e o fim do Auxílio, que ocorreu logo em seguida da transferência dessas últimas parcelas, foi

visto com preocupação considerando os impactos econômicos provocados pela pandemia, como, por exemplo, o desemprego (Carranço, 2021a).

Enquanto principal política de transferência de renda num contexto de crise sanitária, o AE não foi capaz de atenuar a piora expressiva registrada nos dados de insegurança alimentar de 2020, demonstrando a fragilidade de uma política pública de caráter emergencial que não considera a solução da fome a partir de um ponto de vista estrutural e a longo prazo. Em 2022, os dados mostram que apenas 41,3% dos domicílios brasileiros estavam em situação de segurança alimentar, ou seja, mais da metade do Brasil estava em insegurança alimentar. Ao considerar a insegurança alimentar grave, 15,5% do país, equivalente a mais de 33 milhões de brasileiros, está passando fome, enquanto outros 92 milhões se preocupam se terão comida no dia seguinte ou já não têm quantidade suficiente no prato. Se consideradas as regiões do Brasil, o Norte é a mais afetada pela insegurança alimentar grave/fome (25,7%), seguida pelas regiões Nordeste (21%), Sudeste (13,1%), Centro-Oeste (12,9%) e Sul (9,9%) (Penssan, 2022).

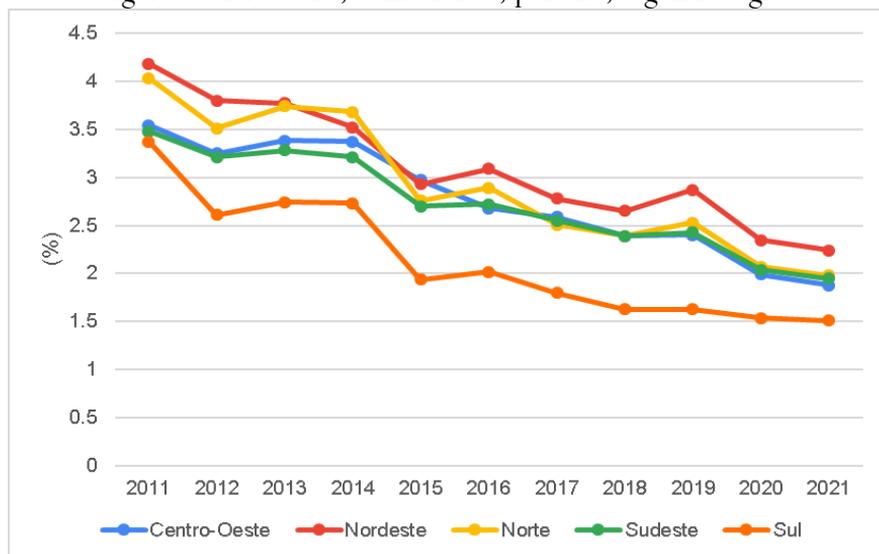
No país cuja produção alimentícia ajuda a dar comida a 1 bilhão de pessoas pelo mundo, há um Planeta Fome instalado em pleno território nacional exatos 75 anos depois que *Geografia da Fome* foi publicada. A escravatura continua com um rosto bem específico: a fome está mais presente no lar chefiado por uma mulher preta ou parda que não tem escolaridade ou possui Ensino Fundamental incompleto (Penssan, 2022).

É nítido que chegar nesses resultados perpassa pelo estrangulamento das políticas públicas citadas anteriormente: PRONAF e PAA, por exemplo, sofreram redução de verba; o CONSEA foi extinto em 2019; o número de cisternas construídas em 2021 foi o menor desde 2003; e o PBF foi extinto em 2021 (Cátedra Josué de Castro, 2021; Madeiro, 2022). A extinção do PBF, mesmo sendo uma política reconhecida internacionalmente nos 18 anos em que ficou vigente, ocorreu para dar lugar ao Programa Auxílio Brasil (PAB), que também objetiva atender

famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O PAB procurou manter as condicionalidades de acompanhamento de vacinação infantil e de frequência escolar, presentes no antigo PBF, e o benefício é pago com o valor mínimo de R\$ 400,00.

Ainda na seara da pesquisa de dados que auxiliem na avaliação do estado nutricional das pessoas, a Figura 9 apresenta o IMC a partir do ponto de corte “< 18,5 kg/m²”, que indica um indivíduo classificado como “baixo peso”. A pesquisa, assim como os dados do capítulo anterior, foi realizada na plataforma do SISVAN e levou em consideração os parâmetros adotados pelo MS. No que tange à idade, os dados abrangem todos os indivíduos com idade entre 20 e 60 anos incompletos (Brasil, 2008).

Figura 9 - IMC < 18,5 em adultos, por ano, segundo região



Fonte: SISVAN (2022).

De modo geral, o gráfico mostra uma queda de pessoas com peso abaixo do que seria adequado. Percebe-se os percentuais muito próximos, a partir de 2014, de regiões com características socioeconômicas

diferentes, como Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste. Os resultados de 2021, mais recentes, mostram o Nordeste com o maior percentual, Centro-Oeste, Norte e Sudeste com resultados similares, e Sul como a região menos acometida por pessoas com baixo peso.

Percebe-se também que, por mais que o IMC seja considerado um cálculo com aplicação convencional para os adultos até 59 anos, suas limitações são várias, pois o cálculo não leva em consideração outros aspectos importantes para a saúde (IMC, 2017). Dessa forma, as dificuldades em considerar o IMC como um indicador que espelhe a situação de fome estão representadas na diferença encontrada nesses dados e no gráfico de insegurança alimentar, por exemplo. Ainda que o percentual de brasileiros com baixo peso tenha apresentado queda, a insegurança alimentar grave, moderada e leve aumentou no Brasil, como se percebe nos dados a partir de 2018 vistos anteriormente.

O fato é que se a fome foi embora, ou esteve perto de ir, ela está de volta e estampa os jornais com a fila para a doação de ossos em Cuiabá, a prisão de uma mulher que furtou macarrão instantâneo e refrigerante em São Paulo e o homem que gritava por pão e leite num condomínio de Brasília. Uma escravatura que assombra o país e uma grande “vergonha para a Nação”.

Quadro 3 – Programas de combate à fome implementados no Brasil (2004-2022)

Programa	Público-alvo	Objetivos	Ações propostas	Vigência	Gestão
Bolsa Família	Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.	Combater a pobreza e a desigualdade no Brasil.	Transferência de renda mensal desde que atendida condicionalidades (frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos, calendário vacinal e dados de peso e altura de crianças de 0 a 6 anos, dados de peso e altura acompanhados, acompanhamento do pré-natal de gestantes).	2004 - 2021	Lula
Programa Mais Alimentos	Agricultores familiares.	Fomentar a produção de alimentos e incrementar a produtividade da agricultura familiar.	Fornecimento de linhas de crédito direcionadas à modernização da infraestrutura das unidades produtivas do PRONAF.	2008 - presente	Lula

<p>Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</p>	<p>Política de abrangência nacional.</p>	<p>Promover a segurança alimentar e nutricional a partir de diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan).</p>	<p>Garantia de oferta e acesso a alimentos a partir da intersetorialidade de diferentes áreas de ação – saúde, educação, agricultura, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo.</p>	<p>Decreto assinado em 2010; Plansan: 2012 - 2015</p>	<p>Lula; Dilma Rouseff</p>
<p>Plano Brasil sem Miséria</p>	<p>Brasileiros em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa.</p>	<p>Superar a extrema pobreza em todo o território nacional.</p>	<p>Ações integradas e intersetoriais em três eixos: (1) garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; (2) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda; e (3) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias.</p>	<p>2011 - 2014</p>	<p>Dilma Rouseff</p>

Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas	Famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais.	Promover acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos.	Implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo a partir da construção de cisternas de placas, que podem ser do tipo familiar, escolar ou para produção.	2013 - presente	Dilma Rousseff
Auxílio emergencial	Beneficiários do PBF, inscritos no CadÚnico, trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais.	Mitigar impactos econômicos provocados pela pandemia de Covid-19.	Pagamento de cinco parcelas nos seguintes valores: R\$ 600; e R\$ 1.200 para mães solteiras chefes de família. Pagamento adicional de quatro parcelas nos seguintes valores: R\$ 150 para pessoas que moram sozinhas; R\$ 250 para domicílios com mais de uma pessoa; e R\$ 375 para mães solo.	2020 - 2021	Jair Bolsonaro

Auxílio Brasil	Famílias em situação de pobreza (renda familiar mensal <i>per capita</i> entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00) e de extrema pobreza (renda familiar mensal <i>per capita</i> de até R\$ 105,00).	Combater a pobreza e estimular a emancipação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.	Transferência de renda mensal com valor médio R\$ R\$ 217,18. Dois núcleos de benefícios: básico (Benefício Primeira Infância, Benefício Composição Familiar e Benefício de Superação da Extrema Pobreza) e suplementar (Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Júnior, Auxílio Criança Cidadã, Auxílio Inclusão Produtiva Rural, Auxílio Inclusão Produtiva Urbana e Benefício Compensatório de Transição).	2021 - presente	Jair Bolsonaro
-----------------------	---	--	--	-----------------	----------------

Fonte: elaborado pelos autores.

DA INSISTÊNCIA POR VIVER

- Seu José, mestre carpina,
para cobrir corpo de homem
não é preciso muita água:
basta que chegue ao abdome,
basta que tenha fundura
igual à de sua fome.

- Severino, retirante,
pois não sei o que lhe conte;
sempre que cruzo este rio
costumo tomar a ponte;
quanto ao vazio do estômago,
se cruza quando se come.

- Seu José, mestre carpina,
e quando ponte não há?
quando os vazios da fome
não se tem com que cruzar?
quando esses rios sem água
são grandes braços de mar?

João Cabral de Melo Neto

A busca por comida, pelo emprego na cidade, pelo pão doado pela igreja ou pelo osso do caminhão que chega ao açougue representa uma fuga cujo objetivo é simplesmente comer - para viver.

Nessas fugas, a trajetória de Severino não é muito diferente daquela traçada pela família de Fabiano: ambos querem escapar dos castigos da seca. Para Severino, porém, a perspectiva que o acompanha durante todo o percurso cantado e poético que caracteriza sua história sofrida é a de uma

vida constantemente assombrada pela morte. À medida em que procura por vida, o retirante leva consigo coisas do não: fome, sede, privação.

A rotina de Severino é também resultado da concentração fundiária que produz retirantes famintos e com medo da morte. Para os lavradores desvalidos, apenas a cova milimetricamente marcada num grande latifúndio poderá servir de conforto, enfim, depois de uma vida marcada pela exploração e a pobreza. Mesmo depois da fuga, longe da seca e na cidade, o subúrbio dos indigentes se avoluma com os Severinos e Severinas que fugiram do sertão, mas foram recepcionados pela lama e os caranguejos que servirão de alimento para o vazio do estômago.

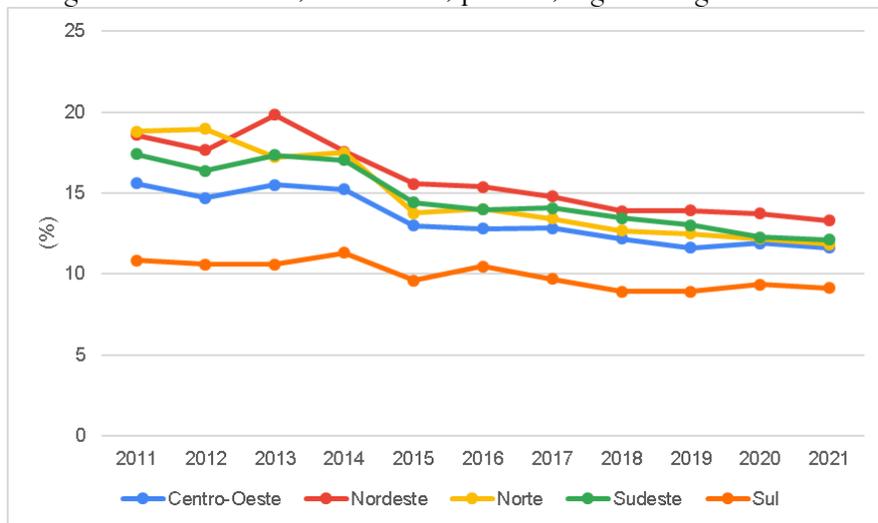
A morte severina do retirante é aquela em que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia. Pode ser que para Severino o conceito de velhice seja bastante restrito a indivíduos que sequer chegam aos 60 anos: na verdade, a fome assola essa população sertaneja de trabalhadores desde cedo, em qualquer idade ou mesmo em quem sequer nasceu ainda.

Por mais que o Brasil tenha focado, com êxito, em políticas e programas de combate à fome de modo a reduzir significativamente a desnutrição infantil nos últimos anos, outros grupos populacionais devem ser amparados pelo Estado, sendo os idosos exemplo de população brasileira biologicamente vulnerável e cujo direito à alimentação adequada também deve ser objetivo de políticas públicas que garantam a sua dignidade (Valente, 2003). Das políticas e programas identificados por este trabalho, apenas um continha o termo “idoso” em seu público-alvo - o PCCN -, mas foi descontinuado ainda em 2002 (Quadro 2).

Os dados antropométricos para a população idosa apresentam especificidades e diferenças se comparados aos dados para a população adulta no geral. No caso do IMC, por exemplo, são adotados pontos de corte mais altos que refletem as mudanças fisiológicas comuns dessa faixa etária, que compreende os indivíduos com idade igual ou maior do que 60 anos. Abaixo, a Figura 10 apresenta os dados a partir do ponto de corte “<

22 kg/m²”, que indica o idoso classificado como “baixo peso”. Tal qual nos capítulos anteriores, a pesquisa foi realizada na plataforma do SISVAN e levou em consideração os parâmetros adotados pelo MS (Brasil, 2008).

Figura 10 - IMC < 22,5 em idosos, por ano, segundo região do Brasil



Fonte: SISVAN (2022).

Os dados, em geral, mostram uma tendência de queda de idosos com baixo peso. A região Norte, embora em 2011 e 2012 seja a mais afetada, termina a década com números percentuais parecidos com os das regiões Centro-Oeste e Sudeste. A região Sul, mais uma vez, se mostra aquela com menor proporção de pessoas que estão com peso abaixo do que é esperado nesta faixa etária, enquanto que o Nordeste, particularmente a partir de 2013, se constitui como a região mais acometida.

Ainda que estes dados sejam oriundos dos métodos de cálculo previstos para o IMC, é importante ressaltar que os idosos não ficam de fora do cálculo da EBIA nem do gráfico de segurança alimentar apresentado no capítulo anterior. Portanto, por mais que ocorra uma tendência de queda de idosos com baixo peso, os números de pessoas sem acesso à

alimentação em quantidade e qualidade adequada vem apresentado aumento no Brasil, o que demonstra, mais uma vez, a fragilidade ao se comparar os dados do IMC com as metodologias aplicadas pela EBIA.

O fato é que os idosos, assim como os guris, estão no extremo da linha do tempo da vida em que a privação de ter uma refeição pode trazer sérias consequências para a saúde. A população idosa possui maior risco de desenvolver condições crônicas relacionadas à nutrição, como doenças cardíacas e diabetes, bem como infecções como gripe e pneumonia. Tal qual a população infantil, a ênfase na nutrição por parte de políticas públicas é fundamental para a redução do risco de doenças, principalmente nesses grupos tão acometidos pela fome oculta (Eggersdorfer *et al.*, 2018).

Pesquisas indicam que um idoso em risco de fome tem a mesma chance de limitação nas atividades da vida diária, como comer, caminhar ou ir ao banheiro, que um indivíduo 14 anos mais velho, o que cria uma disparidade entre a idade cronológica real e a idade “física” (Ingraham, 2018). No que diz respeito à morte, tão conhecida de Severino, dados coletados no Datasus revelam que, de 2006 a 2016, pelo menos 5 mil idosos morreram de desnutrição por ano no Brasil - uma média de 13 idosos por dia -, o que indica tanto o abandono pelo Estado quanto o abandono familiar, além da difícil situação econômica no caso de idosos que devem dividir a aposentadoria mensal para o sustento de toda a família (Martins; Ribeiro; Lazaro, 2018).

É preciso que, além do Estado, a própria comunidade acadêmica acolha e dê visibilidade a situação dessa população severina que vive com fome: nem a velhice aos 60 deve vir acompanhada de fome, nem a fome deve condenar um cidadão brasileiro à velhice aos 30.

Na favela de Carolina, o bebê morto com apenas dois meses teria o destino da fome se ficasse vivo. No sertão de Fernando, os que nascem são condenados pelo Diabo a viver peregrinando em busca de comida. Na rotina de Severino, o recém-nascido aprende desde cedo a caçar pelo chão tudo o que cheira a comida. Há no nascimento observado de perto por

Severino a esperança de uma vida sem medo da morte, mesmo que esse pequeno pedaço de vida esteja condenado a uma existência de trabalhador coberto por lama no mangue ou por graxa na indústria. E, depois de tanta morte, medo e fuga, esse nascimento é um espetáculo diante da eterna sofrência de uma população faminta que insiste em viver, que insiste em persistir e que insiste no Brasil.

CONCLUSÃO: A DENÚNCIA CONTINUA

Enquanto este trabalho chega ao limite proposto, a Ação da Cidadania contra a Fome lança o “Pacto pelos 15% com Fome” com objetivo de mobilizar empresas, pessoas físicas, instituições e ONGs para que apoiem campanhas e projetos que estarão atuando pelo Pacto, seja fazendo doações ou dedicando tempo ao voluntariado. Os tais 15% se referem aos números recém-divulgados em junho de 2022, apresentados anteriormente, e que se referem à porcentagem de brasileiros com fome (Imenes, 2022).

Há seis meses, em janeiro de 2022, quando este trabalho ainda estava na fase de coleta de dados, o Brasil se despedia da cantora Elza Soares, que se apresentava como oriunda do Planeta Fome. Elza foi conhecedora da dor da fome e da dor da morte de um filho com fome num Planeta que define o momento atual do Brasil. Durante sua vida, os lançamentos de *Vidas Secas* em 1938, de *Morte e Vida Severina* em 1955 e de *Quarto de Despejo* em 1960, também procuraram definir sua dor. De Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto e Carolina Maria de Jesus, só uma pessoa, a catadora, que realmente conhecia de perto o Planeta.

Há oito meses, em novembro de 2021, quando este trabalho estava apenas em sua fase de projeto, viralizou nas redes sociais a cena de um homem que gritava de fome num condomínio localizado em área nobre da capital do país. Esse Fernando-Severino-Carolina implorava: "Por favor, alguém compre um arroz, alguém compre um leite. Por favor, é fome". Posteriormente, a imprensa revelou que esse homem era um auxiliar de pedreiro, ‘retirante’ de Goiás, casado, com quatro filhos e que não conseguia emprego (Souza, 2021).

Há 25 anos, em agosto de 1997, morria Betinho. Ainda que em vida não tenha testemunhado os esforços para erradicação da fome realizados nos anos posteriores, seu exemplo de mobilização permanece vivo na

sociedade - o problema pelo qual lutou, infelizmente, também. A fome voltou, e esse verbo - o “voltar” - carrega a tristeza e a repulsa num Brasil que levou muito tempo para solucionar a questão, mas apenas poucos anos para fazer emergir o problema de novo.

Há 76 anos, em 1946, Josué de Castro publicava *Geografia da Fome* e denunciava a fome como um problema essencialmente político e nenhum pouco atrelado a qualquer teoria malthusiana que atribuía ao crescimento demográfico a falta de comida no prato. Josué escancara essa palavra e esse fenômeno feio, um verdadeiro fracasso do Brasil enquanto país, do mundo enquanto humanidade. São anos de mobilização, de personagens famintos na literatura, de artigos acadêmicos, porém, a “praga” da fome insiste tanto quanto Severino: forças contrapostas numa luta de braço desigual, em que um dos braços é fino como os dos guris de Fabiano e Carolina.

Falar de fome deixou de ser um tabu e nem deveria ser no país que assistiu imagens chocantes de cidadãos catando ossos de animais. Para Josué de Castro, a solução do problema passava, necessariamente, pela superação da concentração da propriedade rural e a legião dos Fabianos produzidos, incluindo o combate ao latifúndio e à monocultura, a isenção de impostos e o financiamento bancário aos produtores rurais, o estímulo à pesquisa e a criação de bons hábitos nutricionais (Meneghel, 2020). A reforma agrária, contudo, não aconteceu nem sequer no período de governos progressistas que tiveram a fome como tema central de suas agendas políticas.

O fato é que, ao lado de medidas de caráter emergencial - como as de Betinho, as conduzidas por igrejas ou associações comunitárias - os componentes multifatoriais que fazem da fome um fenômeno preocupante e desumano precisam ser combatidos pelo Estado em várias frentes: o marco que retira o Brasil do Mapa da Fome da FAO/ONU não tem uma única política como a mais beligerante desse combate, mas sim políticas que vão desde a alimentação escolar (PNAE), passam pelo suporte à agricultura familiar (PAA) e chegam até à autonomia da mulher no ambiente doméstico (PBF). Os efeitos na saúde são claros: políticas que

promovem nutrição adequada são capazes de provocar impacto imediato na saúde física e mental dos indivíduos, melhorando inclusive fatores psicológicos como autoconfiança, extraversão, concentração e humor (Siefert *et al.*, 2004). É o desmonte do conjunto de políticas públicas, o subfinanciamento e o olhar torto do Estado que explicam o porquê da “praga” continuar por aí.

É importante destacar também que mensurar a fome não é algo simples. Ficou claro que a EBIA, com a aplicação de questionários que procuram mapear a situação de segurança alimentar no Brasil, fornece um panorama digno da quantidade de brasileiros que estariam em situação de fome com a classificação de insegurança alimentar grave. A utilização de demais marcadores epidemiológicos específicos, como a taxa de prevalência de déficit ponderal em crianças menores de 5 anos, se mostrou útil para a análise nutricional dessa faixa etária e comprovam os resultados positivos a partir da queda de desnutrição infantil no país. Os dados coletados no SISVAN, por sua vez, devem ser analisados com cautela na tentativa de se analisar a situação de fome no Brasil, sendo esses dados, talvez, mais úteis para pesquisas acerca das características nutricionais de grupos populacionais brasileiros e não para o diagnóstico da fome no país.

Mas que fique claro que por trás desses gráficos e números há um Planeta que sofre com a fome verdadeira. Que fique claro que uma pessoa com fome não tem apenas seu direito à alimentação subtraído, mas o próprio direito à saúde. E que fique claro que os Fabianos e auxiliares de pedreiros que adentram consultórios médicos Brasil afora devem ser atendidos com o mesmo zelo e atenção que receberiam as paulistas ricas que doam comida para Carolina. E que fique claro, então, que falar de fome é falar de política, mas é também falar de saúde e de promoção de saúde para guris e Severinos.

E que essa coisa chamada de insegurança alimentar grave continue a ser denunciada como fazia a Graúna de Henfil há mais de cinco décadas e cujos gritos ressoam no Brasil de hoje. Nem que doa, nem que faça chorar,

nem que incomode, mas que jamais se estabeleça a ideia de que é normal algum ser humano passar fome.

*...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade.
Quem não conhece a fome há de dizer: "Quem escreve isto é louco". Mas quem passa
fome há de dizer:*

*- Muito bem, Carolina. Os generos alimenticios deve ser ao alcance de
todos.*

Carolina Maria de Jesus

REFERÊNCIAS

ALAIMO, Katherine *et al.* Food Insufficiency and American School-Aged Children's Cognitive, Academic, and Psychosocial Development. **Pediatrics**, Chicago, v. 108, n. 1, p. 44-53, jul. 2001. Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/108/1/44>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ALPINO, Tais Ariza *et al.* Desastres relacionados à seca e saúde coletiva – uma revisão da literatura científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 809-820, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.21392015>.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 11, n. 29, p. 169-194, abr. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141997000100009>.

ALVES, Kelly. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e conflito de interesses, artigo de Kelly Alves**. 2021. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-e-conflito-de-interesses-artigo-de-kelly-alves/9418/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ARAÚJO, Graniceia dos Santos; ARAÚJO, Marta Mendes de. A fuga da miséria e da fome no romance *Vidas Secas*, do escritor Graciliano Ramos. **Revista de Estudos Literários da UEMS**, Campo Grande, v. 1, n. 8, p. 104-112, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/401>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde (Ministério da Saúde). **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: SISVAN na assistência à saúde**. Brasília: Editora Ms, 2008. 61 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_sisvan.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública,

2013. 15 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1083>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 37, n. 10, p. 1-1, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00308220>.

BENJAMIN, Onecia; LAPPIN, Sarah L. **Kwashiorkor**. Treasure Island: Statpearls, 2022.

CARRANÇA, Thais. 8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2021a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166>. Acesso em: 14 maio. 2022.

CARRANÇA, Thais. Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399>. Acesso em: 26 maio. 2022.

CASEMIRO, Juliana Pereira; VALLA, Victor Vincent; GUIMARÃES, Maria Beatriz Lisboa. Direito humano à alimentação adequada: um olhar urbano. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 2085-2093, jul. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232010000400022>.

CAPARRÓS, Martín. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 54, n. 4, p. 1052-1063, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200267>.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Universidade de São Paulo. Da fome à fome: a volta da insegurança alimentar. **Geografia da fome: 75 anos depois**, São Paulo, 2021a. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-fome-e-da-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 26 maio 2022.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Universidade de São Paulo. Filhas da mesma agonia: fome, pobreza e desigualdade. **Geografia da fome: 75 anos depois**, São Paulo, 2021b. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/geografia-da-pobreza-e-da-desigualdade/>. Acesso em: 26 jun 2022.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão e aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CEPI-DSS/ENSP/FIOCRUZ. **Ind010305 - Taxa de prevalência de déficit ponderal em crianças menores de 5 anos de idade, por ano, segundo região**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 30 nov. 2013. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2013/12/Ind010305-20131130.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

DALLAZEN, Clariane Leila. Morte e vida severina: um desencontro com a vida. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 170-185, jun. 2019.

EGGERSDORFER, Manfred *et al.* Hidden Hunger: solutions for America's aging populations. **Nutrients**, [S.L.], v. 10, n. 9, p. 1210, 1 set. 2018. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/nu10091210>.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1995.

FELBERG, Elisângela Brito Ferreira *et al.* Fatores psicológicos e sociais associados à desnutrição infantil: um estudo bibliográfico. **Revista Opara – Ciências Contemporâneas Aplicadas**, ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 6, n. 1, p. 32-48, jan./dez., 2016.

FLORA, Amanda; SILVA, Natália. **Fome, uma coisa horrorosa**. [S. L.]: Prato Cheio (O Joio e o Trigo), jan. 2020. Podcast em que são entrevistadas Elza Soares e Elisabetta Recine. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5RK2vB5DQ6KAoZRMlenL70>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Roma: [S.N.], 2020. Relatório produzido por FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; VIANA, Cássio Vinícius Afonso. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação - uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-14, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.200256>.

GUIMARÃES, Livia Marília Barbosa; SILVA, Sidney Jard da. I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial.

Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 137, p. 74-94, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.202>.

GURGEL, Wildoberto Batista. A triangulação em debate: considerações sobre o modelo minayano de avaliação por triangulação de método. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v.5, n.1, jul. 2007.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 469-483, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1982-45132013000300003>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: [S.N.], 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

IMC: você sabe calcular seu peso adequado?. Portal Saúde Brasil, 2017. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/ter-peso-saudavel/imc-indice-de-massa-corporal-como-calcular-seu-peso-ideal>. Acesso em: 25 maio 2022.

IMENES, Martha. Quem precisa comer tem pressa: Ação da Cidadania lança mobilização nacional para o Pacto pelos 15% com Fome. **Extra**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/quem-precisa-comer-tem-pressa-acao-da-cidadania-lanca-mobilizacao-nacional-para-pacto-pelos-15-com-fome-25531597.html>. Acesso em: 26 maio. 2022.

INGRAHAM, Margaret B. Hunger. **Grantmakers in aging**, Nova Iorque, 2018. Disponível em: <https://www.giaging.org/issues/senior-hunger/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JORNAL Nacional 35 anos - série de reportagens: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2001. Son., color. Série de reportagens "Fome no Brasil" exibida no telejornal "Jornal Nacional" da Rede Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-A9zEQ1-ODQ>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MACHADO, Paulo H. Battaglin; LIMA, Flávia E. Leite de; UCHIMURA, Kátia Yumi. Epidemiologia, fome e desenvolvimento. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**,

[S.L.], v. 15, 30 jun. 2008. Universidade Federal do Paraná.
<http://dx.doi.org/10.5380/raega.v15i0.14222>.

MADEIRO, Carlos. 'Caixa d'água do sertão': nº de cisternas construídas é o menor desde 2003. **UOL Cotidiano**, 2022. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/02/governo-veta-obras-e-faz-programa-cisternas-ter-pior-desempenho-da-historia.htm>. Acesso em: 25 maio. 2022.

MAGALHÃES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 18, n. , p. 121-137, 2002. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2002000700013>.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. ANÁLISE POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, [S.L.], v. 20, n. 35, p. 201, 22 ago. 2014. UNIVAP Universidade de Vale do Paraíba. <http://dx.doi.org/10.18066/revunivap.v20i35.228>.

MARTINS, Rafael Moro; RIBEIRO, Alexandre; LAZARO, José. Uma silenciosa epidemia mata de fome quase 5 mil idosos por ano no Brasil. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/05/25/5-mil-idosos-morrem-de-fome/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth. Ten books that a health worker cannot stop reading. **Athenea Digital. Revista de Pensamento e Investigación Social**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 2668, 30 abr. 2020. Universitat Autònoma de Barcelona.
<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2668>.

MELO, Mylena. Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar. **O joio e o trigo**, [S.L.], 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/02/da-politica-ao-prato-entenda-a-historia-da-merenda-escolar/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**: auto de natal pernambucano. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de método. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 19-52.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MIRANDA, Mônica C. et al. Neuropsychology and malnutrition: a study with 7 to 10 years-old children in a poor community. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 45-54, mar. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-38292007000100006>.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 7-20, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000200002>.

PEDRAZA, Dixis Figueroa. Disponibilidad de alimentos como factor determinante de la Seguridad Alimentaria y Nutricional y sus representaciones en Brasil. **Revista de Nutrição**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 129-143, fev. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-52732005000100012>.

PENSSAN. **I VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: [S.N.], 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 02 jul. 2022.

PENSSAN. **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). **Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro: [S.N.], 2014. Relatório produzido pelo IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 121-130, jan. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232010000100018>.

PERES, Ana Cláudia; STEVANIM; Luiz Felipe; LAVOR, Adriano de. País faminto. **RADIS Comunicação e Saúde**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/pais-faminto>. Acesso em: 20 maio. 2022.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Zezé, Ninita e Chiquim. **Revista de História**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2008. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20150925131756/http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/zeze-ninita-e-chiquim>. Acesso em 15 jan. 2022.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 110. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ROMO, Matthew L. *et al.* The relationship between hunger and mental health outcomes among school-going Ecuadorian adolescents. **Social Psychiatry And Psychiatric Epidemiology**, [S.L.], v. 51, n. 6, p. 827-837, 15 abr. 2016.

SANTOS, José Luís Guedes dos *et al.* Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 1-9, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017001590016>.

SANTOS, Karine da Silva *et al.* O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 655-664, fev. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>.

SIEFERT, Kristine *et al.* Food Insufficiency and Physical and Mental Health in a Longitudinal Survey of Welfare Recipients. **Journal Of Health And Social Behavior**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 171-186, jun. 2004. SAGE Publications.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 12, n. 6, p. 1429-1439, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232007000600006>.

SISVAN. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional**. 2022. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/index>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SOUSA, Sarah Queiroga de *et al.* Associação entre risco de transtornos mentais comuns e insegurança alimentar entre mães com filhos menores de um ano de idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 5, p. 1925-1934, maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018245.17012017>.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de *et al.* **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. (Texto para discussão). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34948&Itemid=444. Acesso em: 10 maio 2022.

SOUZA, Renato. Vídeo: 'É fome', grita homem em área residencial de Brasília. **R7 Brasília**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasilia/video-e-fome-grita-homem-em-area-residencial-de-brasil-02112021>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SPERANDIO, Naiara *et al.* Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 739-748, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742015000400016>.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 51-60, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902003000100008>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 439-457, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-52732005000400001>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 315-339, ago. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702001000300002>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**: report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42665/WHO_TRS_916.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 104-112, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392004000200011>.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013. Tradução de João Paulo Netto.



ISBN 978-65-5462-185-4



9 786554 621854 >

editora

redeunida

